

Na Itália, encontro de amigos

Roma (do correspondente): Às 11h30min, de hoje, o ministro Dílson Funaro estará iniciando a mais agradável e estimulante etapa da missão que já o levou a Washington, Londres, Paris, Bonn e Berna para explicar a moratória técnica e tentar o apoio internacional para a posição do governo brasileiro, favorável à abertura de uma negociação eminentemente política — entre governos — sobre o pagamento da dívida externa do Brasil.

O ministro Funaro entrou no palácio do Ministério do Tesouro, na Via XX Settembre de Roma, com a certeza de que encontraria em Giovanni Giuseppe Gorla mais do que um interlocutor compreensivo e cordial — quase um amigo. Não só porque o ministro do Tesouro da Itália tem sido seu bom e agradável vizinho de cadeira nas reuniões do FMI, como porque há muito tempo o jovem, informal e competente Gorla — piemontês de 44 anos de idade, economista e deputado pela Democracia Cristã — vem sendo o mais fiel executor de uma linha política adotada e seguida por quase todos os governos que a Itália teve nos últimos dez anos.

Política inspirada por um princípio de solidariedade e colaboração com todos os países emergentes ou subdesenvolvidos, que tem sido praticada pela Itália não somente nas organizações e assembleias internacionais como através de planos concretos de assistência e ajuda, com os quais o Parlamento e o governo da Itália nos últimos quatro anos chegaram a aprovar e gastar quase quatro bilhões e quinhentos milhões de dólares.

Política que também foi reafirmada enfaticamente pelo presidente da República italiana, Francesco Cossiga, em 9 de julho de 1986, ao seu colega brasileiro, por ocasião da visita feita pelo presidente José Sarney a Roma. Naquele encontro,

realizado no Palácio do Quirinale, Cossiga falando especificamente sobre a dívida brasileira disse que ela não tem apenas um custo financeiro, mas sobretudo um custo político. Preocupado com a rigidez demonstrada pelos países industrializados do Ocidente ao tratar a dívida de países da América Latina, o presidente italiano chegou a considerá-la um desestímulo àqueles que ainda não tinham completado seu processo de democratização.

Há 15 dias, o novo embaixador do Brasil na Itália, Carlos Alberto Leite Barbosa, foi testemunha da estima do ministro Gorla por Funaro. Com insistência, na visita que lhe fez o embaixador que transmitisse suas saudações ao “caro Funaro”.

A crise provocada pela demissão do gabinete Bettino Craxi, que há dois dias fez da Itália um país entregue a um governo com autoridade apenas para despachar o expediente rotineiro, não deve prejudicar ou esvaziar o encontro de hoje em Roma. É improvável que os compromissos assumidos por Gorla não sejam respeitados pelo futuro governo italiano, qualquer que ele seja. Não se acredita que a Itália mude de atitude e renegue a linha e os programas de colaboração e apoio aos países em via de desenvolvimento.

Outro fator estimulante é a própria competência demonstrada por Giovanni Giuseppe Gorla no mais importante ministério econômico da Itália. Há cinco anos ele se mantém no Ministério do Tesouro, identificando-se com os resultados altamente positivos alcançados pela economia do país que, da situação de crise em que se encontrava — precisamente há cinco anos —, passou à atual conjuntura de prosperidade e euforia.

Embora não conheça nenhum país sul-americano e tenha sido impedido pela

crise de governo de fazer nos próximos dias sua primeira viagem ao Brasil, na última reunião do Clube de Paris, de janeiro deste ano, Gorla, em nome do governo italiano, foi considerado compreensivo demais com relação às pretensões brasileiras. Na programação da sua longa e intensa missão internacional, a idéia de incluir Roma como escala obrigatória partiu do próprio ministro Funaro. Não só para manifestar o reconhecimento do Brasil, mas para cultivar um aliado importante.

Na opinião do ministro Funaro, a importância da solidariedade italiana não deve ser medida apenas pelo que já fez e demonstrou, mas principalmente pela independência que manifesta em relação aos Estados Unidos.

Embora no Ministério do Tesouro Italiano, no banco D'Italia e no setor econômico da embaixada do Brasil em Roma todos repitam que é quase impossível calcular a participação da Itália na dívida brasileira (talvez nem mesmo Deus saiba com precisão — dizem as melhores fontes) — o reconhecimento unânime é de que é uma participação irrelevante, que não justifica qualquer preocupação.

Tanto os créditos de governo como de bancos italianos não são significativos no conjunto da dívida externa brasileira. No último cotejo das anotações, em 1984, chegou-se a avaliar os créditos de governo da Itália em 230 ou 250 milhões de dólares. Verificando-se inclusive que muitos desses créditos não eram só em dólares, mas também em marco alemão e francos suíços.

Mais favorável ao Brasil é a situação da balança comercial dos dois países. Nos últimos três anos, segundo dados do Instituto de Estatística do Estado, o saldo brasileiro tem sido altamente positivo.